

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.322.026 - SP (2018/0165819-7)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : RAIMUNDO ROLIM DA SILVA
ADVOGADOS : FRANCINE BATISTA DE SOUSA BRANDÃO - SP238458
KARL ANDERSON JANUZZI BRANDÃO - SP216386

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, na vigência do CPC/2015, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu seu Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ARTS. 52 E 53 DA LEI N.º 8.213/91. LABOR RURAL EXERCIDO SEM O CORRESPONDENTE REGISTRO EM CTPS. INICIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADO PELOS DEPOIMENTOS OBTIDOS NO CURSO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL. VIGILANTE PATRIMONIAL. CONSIDERAÇÃO DOS RISCOS INERENTES À PROFISSÃO. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM TEMPO COMUM. IMPLEMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA BENESSE.

- Remessa oficial não conhecida em face da alteração legislativa decorrente da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/15), que majorou substancialmente o valor de alçada para condicionar o trânsito em julgado ao reexame necessário pelo segundo grau de jurisdição.

II - Início razoável de provas materiais, indicando a dedicação exclusiva do autor à faina campesina, desde a tenra idade, juntamente de seus familiares, devidamente corroborado pela prova oral obtida em Juízo, sob o crivo do contraditório.

III - A atividade de vigilante é considerada especial por equiparação às categorias profissionais elencadas no quadro anexo ao Decreto n.º 53.831/64, código 2.5.7, independentemente do porte de arma de fogo.

IV - Há de ser reconhecida a especialidade do labor desenvolvido sob o ofício de vigilante, a despeito da ausência de certificação técnica de sujeição a agentes nocivos, em face da especificidade das condições laborais, haja vista o risco iminente de morte e lesões graves a integridade física do segurado.

V - Possibilidade de conversão da atividade especial em tempo de serviço comum, nos termos do art. 70 do Decreto n.º 3.048/99, seja de períodos exercidos antes da Lei n.º 6.887/80, ou após 28.05.1998. Precedentes.

VI - Inadimplemento dos requisitos legais necessários à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, em sua forma integral, a partir da data do requerimento administrativo. Tutela antecipada tornada definitiva.

VII - Mantidos os termos da r. sentença quanto aos honorários advocatícios, em face da ausência de impugnação recursal específica.

VIII - Necessária adequação dos critérios de incidência dos consectários legais aos ditames do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal em vigor, por ocasião da execução do julgado.

IX - Remessa oficial não conhecida e Apelo do INSS parcialmente provido" (fls. 393/394e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. VIGIA SEM PORTE DE ARMA. ESPECIALIDADE DA ATIVIDADE RECONHECIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA.

Os incisos I e II, do artigo 1022 do Código de Processo Civil dispõem sobre a oposição de embargos de declaração se, na Sentença ou no acórdão, houver obscuridade, contradição ou Omissão. Destarte, impõe-se a rejeição do recurso em face da ausência de quaisquer das circunstâncias retromencionadas.

- Sob os pretextos de obscuridade do julgado, pretende a autarquia atribuir caráter infringente aos presentes embargos declaratórios.

No entanto, o efeito modificativo almejado somente será alcançado perante as Superiores Instâncias, se cabível na espécie.

- Por fim, verifica-se que a autarquia alega a finalidade de prequestionamento da matéria, mas, ainda assim, também deve ser observado o disposto no artigo 1022 do CPC, o que, 'in casu', não ocorreu.

- Embargos de declaração rejeitados" (fl. 428e).

Sustenta a parte ora agravante, nas razões do Recurso Especial, fundamentado na alínea a do permissivo constitucional, violação aos arts. 57 e 58, da Lei 8.213/91.

Apresentadas contrarrazões (fls. 442/445e), o Recurso Especial foi inadmitido, na origem, advindo o presente Agravo.

A parte agravada protocolou contraminuta (fls. 464/467e).

Do exame dos autos, verifica-se que o Tribunal de origem não admitiu o Recurso Especial pelos seguintes fundamentos:

"Verifica-se que o acórdão reconheceu como atividade especial os períodos controvertidos não apenas com base na categoria a que pertence o segurado, baseando-se, para tanto, no exame do acervo probatório amealhado ao processo.

Não cabe, portanto, conferir trânsito ao especial, pois não é dado à instância superior revisitar as conclusões firmadas pelas instâncias ordinárias no tocante à alegada natureza especial do trabalho desenvolvido pelo segurado, bem como para reapreciar as provas amealhadas ao processo relativas ao caráter permanente ou ocasional, habitual ou intermitente, da exposição do segurado a agentes nocivos à saúde, à integridade física, ou como no caso dos autos, para se aferir a periculosidade da atividade de vigilante.

A pretensão da parte recorrente, no ponto, esbarra no entendimento jurisprudencial consolidado na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça, verbis:

(...)

Acrescente-se, no fecho, que a utilização de arma de fogo por vigilante não é havida como prova imprescindível à demonstração do labor especial exercido pelo segurado (RESP nº 1.491.551/RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 11.12.2014; ARESP nº 601.832/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 06.11.2014)" (fls. 447/449e).

A parte agravante, em suas razões, afirma:

"A presente irresignação recursal deve ser reputada tempestiva, uma vez que a petição de interposição do Agravo em tela está sendo devidamente apresentada dentro do prazo recursal previsto para os entes públicos (30 dias), de acordo com as normas previstas nos arts. 183 e 1.003, § 5º, todos do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).

Ademais, a recorrente é parte legítima para interpor este recurso, haja vista que figura no pólo passivo da relação jurídica-processual, sendo que seu interesse recursal também é patente, porquanto o decisum objurgado lhe foi desfavorável.

No que tange à adequação recursal, resta verificar que o recurso ora interposto é o instrumento processual adequado para viabilizar a irresignação da entidade recorrente, conforme se infere da norma prevista no 1.042 do Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).

Diante dessas considerações prefaciais, impende concluir que o

presente agravo deve ser admitido e remetido ao C. Superior Tribunal de Justiça (STJ) para conhecimento e julgamento da matéria ora discutida.

(...)

A decisão agravada considerou inadmissível o Recurso Especial interposto pelo INSS, pois haveria suposto revolvimento do substrato fático-probatório, vedado pela Súmula 07 do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ocorre que a matéria discutida no Recurso Especial interposto é eminentemente de direito, sendo completamente equivocada a sua inadmissão por suposto revolvimento do conjunto fático probatório.

O que se pretende com o Recurso Especial não é o reexame de provas, conforme expresso na decisão agravada, mas sim o reconhecimento de que houve ofensa a dispositivo de lei federal (artigos 57 e 58, da Lei 8.213/91).

Não pretende a Autarquia Previdenciária o reexame de prova, senão a análise de questão jurídica, que pressupõe a aplicação ou incidência de lei federal, de modo a se enquadrar na alínea 'a', do inciso III, do artigo 105, da Constituição Federal.

De fato, a competência para julgar do Egrégio Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial cinge-se à interpretação das normas jurídicas inseridas em leis federais, para que seja dada uniformidade à interpretação e aplicação dessas leis em todo o território nacional.

O que se pretende, então, é o pronunciamento do E. STJ sobre a valoração jurídica da possibilidade de se computar como tempo especial exercido na qualidade de vigilante, quando efetivamente demonstrado que a parte autora não portava arma de fogo, fato incontroverso nos autos.

Efetivamente, não se pretende o reexame das provas produzidas, mas tão-somente a possibilidade de sua valoração para fins previdenciários, e tal é possível em sede de recurso especial, porquanto é matéria de direito, já que envolve apenas interpretação de dispositivo legal (artigos 57 e 58, da Lei 8.213/91).

Assim é que não há que se falar em reexame de prova.

(...)

Cumprir destacar que a r. Decisão recorrida acabou por adentrar ao mérito recursal; extrapolando o simples exame dos requisitos de admissibilidade, realizando verdadeiro prejulgamento do recurso interposto.

(...)

Primeiramente, cumpre esclarecer que é absolutamente inaplicável ao caso vertente a Súmula 83 do E. Superior Tribunal de Justiça (STJ) corno quer fazer crer a r. decisão agravada. Com efeito, tal enunciado se refere ao não conhecimento de recurso especial pela divergência jurisprudencial, ao passo que o recurso especial

interposto no presente feito tem fundamento em violação da lei federal. Assim, tal argumentação constante na r. decisão agravada deve ser sumariamente afastada, eis que cumpridos todos os requisitos para conhecimento do recurso especial interposto.

(...)

Com efeito, importante frisar que a atividade de vigilante e/ou vigia NÃO ESTÁ RELACIONADA nos anexos dos decretos que regem a matéria.

(...)

A profissão de vigilante é regulamentada pela Lei nº 7.102/83 e pelo Decreto nº 89.056/83, que em seus artigos 16 e 17 exigem habilitação para o exercício da profissão, atendidos os requisitos ali especificados. Se não há então prova da habilitação legal, não pode o autor pretender comprovar o exercício da atividade para gerar efeitos legais.

Assim, distintos os juízos de admissibilidade do recurso e o juízo de mérito. O primeiro se antepõe ao segundo; levando, aquele, ao conhecimento ou não conhecimento do recurso, ao passo que este acarretará o provimento ou desprovimento do mesmo" (fls. 452/461e).

Do exame dos autos, verifica-se que a decisão agravada, para inadmitir o Recurso Especial, teve como fundamentos: a) a incidência da Súmula 7/STJ, no tocante à alegada comprovação da natureza especial do trabalho desenvolvido pelo segurado; e b) a convergência do entendimento do acórdão recorrido com a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, quanto à prescindibilidade da utilização da arma de fogo por vigilante como prova, na demonstração do labor em condições especiais.

A parte agravante, todavia, deixou de infirmar, especificamente e adequadamente, o fundamento de que o acórdão recorrido converge para o entendimento pacificado nesta Corte, limitando-se a afirmar que a decisão recorrida teria adentrado no mérito do recurso e que não haveria necessidade de reexame probatório.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-lo mantido.

Tal entendimento, inclusive, está consolidado na Súmula 182/STJ, segundo a qual o recorrente deve infirmar, **especificamente**, os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o Agravo que não se insurge contra todos eles.

Ressalto que, "**fundamentada a decisão agravada no sentido de que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, deveria a recorrente demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência do STJ**" (STJ, AgRg no REsp 1.374.369/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 26/06/2013), **com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes**

aos referidos na decisão agravada, o que não ocorreu, no caso.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. INSUFICIÊNCIA. INCIDÊNCIA DO ART. 544, § 4º, I, DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

2. Não se conhece do agravo em recurso especial que deixa de atacar especificamente e suficientemente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Incidência do art. 544, § 4º, I, do CPC.

3. **Tendo a decisão de inadmissibilidade decidido que o acórdão recorrido estaria em sintonia com a jurisprudência do STJ (Súmula 83/STJ), compete à agravante demonstrar que o entendimento adotado pelo acórdão encontra-se em descompasso com o atual entendimento do STJ, trazendo para tanto precedentes do STJ favoráveis à sua tese recursal, ou que os precedentes invocados na decisão de inadmissibilidade não se aplicariam ao *casu*, por versarem sobre situações diversas**, sendo insuficiente a mera alegação de que os precedentes invocados pela decisão de inadmissibilidade não formariam a jurisprudência uníssona do STJ e que o óbice da Súmula 83/STJ não se aplica aos recursos especiais interposto com base na alínea 'a' do permissivo constitucional. Nesse sentido: AgRg no AREsp 293.726/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 13/08/2013, DJe 26/08/2013.

(...)

6. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, EDcl no AREsp 527.100/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/08/2014).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende ser necessária a impugnação de todos os fundamentos da decisão denegatória da subida do recurso especial para que seja conhecido o respectivo agravo. Logo, a Súmula 182 desta Corte foi corretamente aplicada ao caso.

2. Inadmitido o recurso especial com base na Súmula 83 do STJ, incumbiria à parte interessada apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg no AREsp 630.126/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/09/2015).

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, **não conheço do** Agravo. Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora